



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 557, DE 2022

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre o desabastecimento de medicamentos no mercado nacional e o aumento de custo para a sua aquisição pelo Sistema Único de Saúde.

AUTORIA: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre o desabastecimento de medicamentos no mercado nacional e o aumento de custo para a sua aquisição pelo Sistema Único de Saúde.

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre o desabastecimento de medicamentos no mercado nacional e o aumento de custo para a sua aquisição pelo Sistema Único de Saúde.

Nesses termos, solicita-se resposta aos seguintes questionamentos:

1. O Ministério da Saúde tem acompanhado a falta de vários medicamentos no mercado brasileiro – abrangendo, por exemplo, dipirona injetável, amoxicilina, azitromicina, clavulanato, cefalexina etc. –, relatada por pacientes e estabelecimentos de saúde, e que tem afetado também o Sistema Único de Saúde (SUS)?
2. Quais são os medicamentos que tiveram oferta anormalmente reduzida no primeiro semestre de 2022? Quais deles têm cenário mais preocupante?
3. Qual foi a redução de oferta desses medicamentos, em termos de unidades distribuídas ou comercializadas no mercado nacional,



SF/22410.46073-25 (LexEdit)

incluindo o SUS, em comparação com o primeiro semestre de 2021?

4. Quais são os motivos para a falta de medicamentos no mercado nacional?
5. Quais medidas foram tomadas pelo Ministério da Saúde para normalizar o abastecimento de tais medicamentos? Alguma dessas medidas já se mostrou efetiva? Como?
6. Há redução da oferta da vacina BCG no SUS?
7. Qual foi o número de unidades de vacina BCG distribuídas a cada unidade da federação no primeiro semestre de 2021 e no primeiro semestre de 2022?
8. A imunização de crianças com a vacina BCG está sendo prejudicada?
9. Qual foi o número de crianças imunizadas pela vacina BCG e o respectivo público-alvo, em cada unidade da federação, no primeiro semestre de 2021, bem como no primeiro semestre de 2022?
10. Como o Ministério da Saúde pretende normalizar a oferta da vacina BCG nos serviços públicos?
11. Por que a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) suspendeu a obrigatoriedade do teto de preços justamente dos medicamentos que estão enfrentando desabastecimento no mercado nacional?
12. Qual é a lista dos medicamentos que não precisam obedecer ao teto de preços, de acordo com a decisão da CMED?
13. Qual é a estimativa de impacto orçamentário, para o SUS, em todas as esferas, dessa liberação de preços dos medicamentos?



SF/22410.46073-25 (LexEdit)

14. De que maneira as Secretarias Municipais de Saúde estão sendo apoiadas, financeiramente e tecnicamente, para enfrentar o desabastecimento de medicamentos?
15. O Ministério da Saúde aumentou os repasses de verbas aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para atenuar os impactos financeiros do aumento de custo de medicamentos? Qual foi o incremento de recursos, na Assistência Farmacêutica, no primeiro semestre de 2022, comparado com o primeiro semestre de 2021, para cada ente da federação, destinado a esse fim?

JUSTIFICAÇÃO

Matéria do Portal UOL, intitulada “Prateleiras vazias: por que alguns medicamentos estão em falta no Brasil?” e publicada em junho de 2022, relata que vários medicamentos – alguns deles de uso bastante corriqueiro – não estão chegando às farmácias e até mesmo aos hospitais. Ademais, vacinas do calendário do Programa Nacional de Imunizações, tão essenciais às políticas de saúde da primeira infância, também estão em falta.

Por causa disso, vários pacientes têm descontinuado seus tratamentos e, no caso das internações, os médicos têm sido obrigados a substituir as prescrições por medicamentos alternativos, opção que nem sempre resulta em benefício equivalente para a pessoa assistida. Crianças não têm sido vacinadas, o que pode impactar toda uma geração.

O setor farmacêutico argumenta que a falta de tais medicamentos – por exemplo, dipirona injetável, amoxicilina, azitromicina, clavulanato, cefalexina e até soro fisiológico – tem se dado pela redução na fabricação nacional, que foi impactada pela menor disponibilidade de insumos essenciais importados, em consequência dos esforços pela covid-19 feitos por várias cidades chinesas

produtoras e, também, por dificuldades logísticas proporcionadas pela guerra entre Rússia e Ucrânia.

Com isso, o preço dos insumos teria subido consideravelmente e desestimulado o setor farmacêutico a fabricar esses produtos, cenário que também redundou na alta de preços de compra pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Ora, a Assistência Farmacêutica do SUS é financiada pelas três esferas de gestão – federal, estadual e municipal –, mas a grande massa de medicamentos, especialmente os de grande uso, recai principalmente sobre as prefeituras, que estão sendo sobrecarregadas com custo adicional dos medicamentos, que surgiu sem aumento de arrecadação ou de maior suporte do Ministério da Saúde. Ademais, os pacientes com doenças crônicas ou raras precisam manter sua medicação em dia, exatamente conforme a prescrição médica.

Dessa forma, consideramos essencial obter do Ministério da Saúde informações sobre as ações da União destinadas a normalizar a oferta de medicamentos e outros insumos tanto para o SUS, como para o mercado privado.

Sala das Sessões, 13 de julho de 2022.

Senador Eduardo Braga
Líder do MDB



SF/22410.46073-25 (LexEdit)